

A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

GOMIDE, Marcela Gama da Silva

RESUMO

Há em nossa sociedade a extrema necessidade de se assegurar meios de constituições subjetivas singulares e de reconhecer a subjetivação do outro como legítima. A compreensão do processo de desenvolvimento da criança com necessidades educacionais especiais, a partir principalmente das relações pedagógicas, que se apresentam permeadas por complexas e múltiplas relações, se faz de extrema importância. Dessa forma, autores como Bakhtin e Vygotsky vêm nos embasar a partir dos pressupostos sócio-históricos, em torno da subjetivação do sujeito na/com a sociedade, como um processo de constituição dinâmico. O referido estudo nos fez compreender a importância da mediação na transformação do modo de ser e estar de alunos com necessidades educacionais especiais que apresentam avanços pedagógicos e superações de limites que inicialmente estavam co-relacionados com seus comprometimentos.

PALAVRAS-CHAVE

Mediação. Subjetividade. Infância.

INICIANDO A REFLEXÃO...

Em nossa sociedade, não tem sido considerada a visão que as pessoas com necessidades educacionais especiais (nee) têm de si e do mundo, essa ideia preconceituosa, que perpassa séculos, de que eles não são capazes de falar por si, interfere na constituição de seus modos de ser e estar no mundo, contribuindo para a exclusão social.

Durante o processo histórico, diversas foram as concepções que rodearam os sujeitos com alguma deficiência na sociedade, o que os levou a ocuparem diferentes lugares de acordo com o contexto vivido.

É importante ficarmos atentos a quanto os diversos contextos influenciaram em uma constituição de sujeitos incapacitados e dependentes, sem poderes igualitários, possuidores de subjetividades homogêneas, indiferenciados.

Nas últimas décadas, vem se acentuando a defesa da inclusão, porém para uma efetiva inserção social de todos é necessário ultrapassar o pensamento simplista e reducionista sobre a inclusão como apenas o alcance físico do sujeito nos diferentes contextos sociais, há a necessidade de fundamentá-la na equidade social, garantido possibilidades reais de efetivação da inclusão, compreendendo-a como real acesso e permanência na escola dentro de condições viáveis necessárias para que todos os alunos possam ser efetivamente incluídos.

Nas práticas que se colocam, as diferenças existentes nos âmbitos sociais não vêm se apresentando como sinônimos de singularidades, mas sim de inferioridade, muitas vezes classificando e reduzindo os sujeitos a marcas que passam a constituir-los, levando-os a assumirem uma concepção estigmatizada.

Em meio a esse contexto, há a extrema necessidade de se assegurarem meios de constituições subjetivas singulares e de

se reconhecer a subjetivação do outro como legítima, afirmando dessa maneira o direito à igualdade e o respeito à diferença, proporcionando oportunidades diferenciadas, de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo.

Sendo assim, a escola possui um papel fundamental no desenvolvimento da criança, proporcionando apropriações de elementos da cultura que a insere no curso do desenvolvimento social e histórico.

Durante anos os sujeitos com necessidades especiais foram silenciados, dessa forma é necessário que fiquemos alerta aos possíveis sinais por eles expostos, que nos forneçam indícios sobre os conceitos que fazem de si, para que possamos compreender o que vem os constituindo, o que vem sendo determinante na constituição de suas subjetividades, visto que em muitos contextos o silenciamento ainda persiste. As mínimas reações explicitadas pelos alunos no cotidiano escolar podem refletir o sentimento que eles vêm internalizando por meio das interações excludentes ou não as quais eles estão expostos.

Uma observação mais detalhada sobre interações desse tipo se faz necessária, para que a partir dela possa ser refletido, junto aos professores e funcionários das escolas, o quanto, tais mediações, são prejudiciais ou não para o desenvolvimento do sujeito e levando todos os profissionais a pensarem mediações mais adequadas junto aos alunos e favorecendo assim, a constituição de crianças mais autônomas e críticas.

Diante do nosso grande interesse em estudar esse processo de constituição da subjetividade do sujeito no contexto da escola, e por acreditarmos no outro como grande responsável nesse processo constitutivo da subjetividade, a partir da relação discursiva estabelecida entre os pares, buscamos refletir sobre como esse processo vem ocorrendo nas

escolas, em especial com alunos com nee, que compõem o quadro dos excluídos na escola.

Dessa forma, a referida pesquisa buscou problematizar algumas questões essenciais como: que mediações vêm ocorrendo nas escolas? Quais dessas mediações são realmente significativas para essas crianças? Qual o movimento ocasionado pelas mediações dentro da escola e que transformações elas potencializam? A partir dessas mediações quais as possibilidades se abrem para os alunos com nee? Qual a relação das mediações com a constituição da subjetividade em alunos com nee?

A compreensão do processo de desenvolvimento da criança com nee, principalmente no contexto escolar, que se apresenta permeado por complexas e múltiplas relações, favorecedoras ou não, na constituição da subjetividade, se faz de extrema importância para que essas mediações e o efeito que elas vêm causando na constituição das subjetividades desses sujeitos possam ser repensados, tornando-se subsídios para um trabalho mais consciente, na busca do desenvolvimento das potencialidades desses alunos.

Sendo assim, diante do contexto social em que vivemos, julgamos ser de extrema importância atentar para o processo de subjetivação das crianças pequenas e com deficiência, com o intuito de adensarmos o conhecimento que pouco tem sido trabalhado, em uma busca incansável de possibilitar, socialmente, a afirmação de subjetividades singulares.

DIALOGANDO COM ALGUNS AUTORES E TEORIAS...

Com a implementação gradual da educação inclusiva no contexto social e político da sociedade ampliou-se a necessidade de

estudos que dêem base a compreensão dessa complexa realidade, bem como publicação e produção de conhecimentos científicos sobre essa questão, visto que é uma área que apresenta uma grande escassez de investigações.

Dentre os estudos já realizados poucos são os que abordam temáticas sobre mediação e a constituição da subjetividade, principalmente no que se refere aos sujeitos com nee.

Dessa forma, autores como Bakhtin e Vygotsky vêm nos auxiliar a partir dos pressupostos sócio-históricos, embasando nossos estudos sobre a constituição do sujeito na/com a sociedade, como algo dinâmico que vai se instituindo.

Na busca de aprofundar o estudo sobre a mediação e sua influência na constituição do modo de ser dos sujeitos com deficiência, recorreremos às obras de Vygotsky (1983, 2000) no que se refere ao estudo sobre o sujeito e sobre a subjetividade.

Vygotsky, desde suas primeiras obras, defende a constituição da consciência a partir de uma origem social, para ele os fenômenos subjetivos não existem por si mesmo e nem afastados da dimensão espaço-temporal, sendo a linguagem a responsável direta por essa constituição.

Por considerar o contexto social e histórico, que envolve o sujeito, como de grande relevância na constituição de sua subjetividade, destacamos à teoria do desenvolvimento do autor como fundamental para a compreensão da constituição da consciência do sujeito.

Vale ressaltar que, Vygotsky concebe o homem como um ser, eminentemente social, e que o seu psiquismo se desenvolve, a partir de processos de internalizações pelo sujeito de modos de ação realizados pelos outros sujeitos de seu meio social, constituindo-se, constantemente, por meio da interação com o contexto Sócio-histórico do qual faz parte.

Ao nos embasarmos nos pensamentos de Vygotsky, para estudarmos a constituição da subjetividade no sujeito a partir da cultura, torna-se clara a importância do outro nesse processo, visto que o eu se constitui na relação social, na qual a palavra é fundamental, desempenhando a função de relação social, ao mesmo tempo em que constitui o comportamento cultural e da consciência.

Vygotsky vêm nos apontando em seus estudos que o ser humano já está entrelaçado às condições socioculturais antes mesmo de seu nascimento, levando-nos a pensar em uma constituição subjetiva a partir da vivência de mundo no qual está inserido. O autor aponta a constituição da subjetividade emergindo a partir das relações intra-subjetivas, sendo possibilitado a partir dessas inter-relações, os processos inter-subjetivos.

Nesse sentido, é importante refletirmos em torno da criança com deficiência tendo uma devolução social, muitas vezes, negativa de sua existência. A criança com alguma deficiência congênita desde o nascimento já está cercada por olhares e expectativas negativas das pessoas que lhe são próximas e significativas. Este entorno fornece à criança com deficiência uma imagem, embasada na negação, a qual ela é exposta. Portanto, é importante refletirmos em torno da criança com deficiência tendo uma devolução social, muitas vezes, negativa de sua existência.

Buscando estudar crianças com nee estamos nos referindo às crianças com algum comprometimento, atravessada por todas as outras questões macro que fazem dela uma criança com deficiência, não desconsiderando a perspectiva multifacetada como condição dessa criança ser sujeito.

Bakhtin (1995) vem ao encontro desse pensamento Vygotskyano, apontando a comunicação ideológica como a lógica da consciência, tendo como abrigo a palavra, que

vai se tornando viva por meio dos signos criados no curso cultural das relações.

Bakhtin destaca em seus estudos o papel da interação verbal na constituição da subjetividade, ressaltando que a fala não é apenas uma expressão do pensamento individual, mas uma produção social envolvida por uma ideologia. E que a linguagem carrega consigo o papel semiótico e a função da comunicação social por meio das palavras com seu caráter eminentemente ideológico, as quais “[...] são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 1995, p. 41).

Para Bakhtin, a voz do outro penetra a voz de quem enuncia em um constante processo de aproximação e distanciamento, quem enuncia, necessita do outro para servir de base a sua enunciação, ela se fundamenta no dialogismo “eu” e “outro”.

O processo de constituição do sujeito como social e histórico não é algo perceptível, é algo que se apresenta de forma tênue em um movimento que vai transformando as diversas vozes em uma única voz internamente, sem que possamos nos dar conta de que essa voz foi produzida por diversos autores externos.

É relevante levantarmos a importância da escola e as experiências vividas em seu contexto, repletas de situações de fracasso e êxito nesse processo. Nesse sentido o professor, que durante o período escolar ocupa uma posição de referência para a criança, carrega em suas falas, seus olhares, suas ações em geral o peso da (des)valorização do aluno.

Nada é menos neutro que a maneira de se movimentar na sala de aula, de olhar cada um e cada uma, de parar ao lado da carteira deste ou daquele, de dar a palavra àquele em vez de a este... Nada é menos neutro e tudo faz sentido. Tudo fala (MEIRIEU, 2005, p. 134)

Os pais e familiares e, quando a criança cresce e começa a frequentar a escola, os

diferentes sujeitos da escola principalmente professores e colegas, possuem por meio das manifestações, verbais ou não, e ações para com a criança, uma grande influência no desenvolvimento da mesma.

Para além das teorias que desconsideram as influências sociais e econômicas no processo de constituição do sujeito, buscamos discutir que a subjetividade não é inata, ela vai sendo constituída a partir das diversas experiências acumuladas pelo indivíduo como parte vivência no mundo cultural.

Como apontado anteriormente, a escola, em especial professores e colegas, passam a fazer parte do quadro das pessoas significativas na constituição da subjetividade do aluno desde a sua entrada na escola, e é na escola que, em muitas vezes, se legitima o posicionamento desse aluno como impossibilitado.

As mediações que ocorrem no ambiente escolar são grandes responsáveis na constituição da subjetividade do aluno, as práticas de linguagem são de grande importância nesse processo não só por meio das palavras, como também por meio das ações, silêncios e olhares, repletos de estereótipos instituídos na escola.

A partir de todo o contexto que envolve a criança com nee, contribuindo significativamente na constituição de subjetividades, nosso estudo buscou observar as ações por parte delas que demonstrassem como elas estavam se percebendo no contexto escolar junto aos seus pares.

O estudo de Vaz (2005), A “criança problema” e a normatização do cotidiano da educação infantil, revela como as subjetividades vão se constituindo no interior das instituições de educação infantil, em um processo mútuo em que sujeitos e instituição se constituem.

Toda prática institucional se caracteriza, portanto, por um conjunto de relações específicas marcadas por um plano discursivo que estrutura essas relações. Esse plano se

expressa, a partir da imagem de si e do outro na relação, nos lugares/posições simbolicamente definidos e assumidos pelos sujeitos (VAZ, 2005, p. 4).

A autora ressalta que os discursos percebidos por meio das entrevistas demonstram que as professoras falam de si e das crianças, a partir de ideias construídas na/pela relação, desenhando, no entanto, subjetividades que sustentam seus lugares e o lugar do outro na relação.

O referido estudo que aponta para uma direção que buscamos refletir em nosso estudo, o quanto as ações e os discursos mediativos produzidos em torno dos alunos com nee vem produzindo subjetividades nos mesmos.

Igualmente importante é o trabalho de Gonçalves (2008) que nos auxilia a refletir em torno do desenvolvimento dos alunos com nee pela via da mediação. O trabalho vem ampliar a nossa reflexão em torno dos processos de mediação, destacando a influência das relações macro-sociais nesse processo e a importância das práticas pedagógicas bem fundamentadas na busca de uma superação do praticismo, o que só se faz possível por meio da reflexão.

Sendo assim, não se pode pensar em subjetivação por outra via que não seja por meio da mediação do outro, ponto que aprofundaremos mais adiante. E por acreditar nessa premissa, é que buscamos aprofundar nosso estudo sobre a constituição da criança com nee, em torno da base Sócio-Histórica.

As problemáticas que estão surgindo nos últimos anos possuem amplitudes as quais, em muitos casos, não são possíveis de serem solucionadas com base apenas em perspectivas isoladas de estudo. Dessa forma, chegamos à perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações (RedSig) a partir da qual é possível pensarmos em um modelo de pesquisa que busque capturar, ainda que, por meio de uma incompletude, a complexidade dos diferentes elementos e suas relações.

Dessa forma, para auxiliar a reflexão sobre a constituição da subjetividade utilizando a perspectiva da Rede de Significação (RedSig) que finca sua base em teóricos sócio-históricos, tecendo possíveis diálogos com outras perspectivas na busca da compreensão da realidade.

A RedSig vem se colocando a permear diversos campos do saber, buscando quebrar paradigmas já consolidados, mediante um olhar diferenciado em torno dos fenômenos pesquisados, configurando-se para além de um instrumento de pesquisa, como uma base teórica ampla que dialoga com consagrados teóricos.

A perspectiva da Rede de Significações defende que o desenvolvimento humano se dá durante toda a vida, por meio de interações sociais complexas, mergulhadas em uma malha de elementos de natureza semiótica. Apontando que as interações entre as pessoas contribuem para a circunscrição de seu desenvolvimento e o dos outros sujeitos ao seu redor.

É na interação social que a pessoa dá sentido às suas múltiplas e complexas experiências, constrói valores, concepções e crenças, define e articula papéis e posicionamentos, constitui sua realidade, reconhece os balizamentos de uma cultura e tece uma história. Daí o caráter discursivo e semiótico de seu funcionamento psíquico (PEDROSA, 2002, p. 212)

A perspectiva da RedSig caminha junto à matriz sócio-histórica, ao defender a natureza discursiva e o caráter semiótico da constituição humana. O ser humano se constitui na interação com o outro e com o mundo, diferenciando-se nas relações sociais que vão sendo construídas.

Quando pensamos na constituição dos sujeitos que estão inseridos nas escolas, em específico, os sujeitos com nee, devemos ressaltar a importância das diversas linguagens que se fazem presentes nas interações, como o gesto, o olhar, o contexto e múltiplos outros sinais. Nesse sentido, nos processos mediativos, o corpo do outro fala, significa, anuncia e denuncia a função desses sujeitos nas relações

sociais, que vão sendo inter-subjetivados por eles, em muitos casos, como verdades insuperáveis.

A INFÂNCIA E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO SER CRIANÇA

Alguns estudos como o de Araújo (1996), Áries (1978), Pinto (1997), Quinteiro (2002) nos fornecem dados históricos importantes para pensarmos o processo de constituição do sentido de Infância no decorrer dos tempos. A infância, por muitos séculos, ficou reduzida ao período que ia do nascimento aos 7 anos de idade, período em que são necessários cuidados básicos à sobrevivência como alimentação, proteção e higiene, sendo apenas considerada sujeito social a partir do momento em que dava início a sua vida integrada ao mundo adulto.

A partir do Renascimento, período de transformações culturais, políticas, sociais, e econômicas, é possível observar lentas mudanças no que se refere à etapa de ingresso das crianças no mundo adulto, mudanças que estiveram vinculadas, primeiramente, às classes altas e que surgiram acopladas ao conceito de aprendizagem e escolarização.

Mas é nesse processo em que a criança começa a ser destacada na sociedade devido a uma perspectiva moralista de um forte movimento promovido pela Igreja, leis e Estado, que a Educação surge como instrumento de coesão sobre as crianças da época.

Por muito tempo, a ideia do filósofo Rousseau que considera a criança como um ser puro e bom necessitando de uma educação primária vinculada à preservação da inocência e espontaneidade infantil, influenciou sobremaneira o pensamento de alguns pioneiros da Educação Infantil.

Áries aponta em seus estudos que a

educação surge para colocar a criança em seu devido lugar assim como fez com os loucos, as prostitutas e os pobres, surge então com uma função controladora, ora para disciplinar ora para ensinar conhecimentos técnicos, que posteriormente se dividiria em uma escola para elite e outra para o povo.

Mas é entre os séculos XVIII e XIX, a partir da nova ordem urbana higienista responsável pelo rompimento das famílias com a função pública e levando-as ao interior de suas casas, que se inicia o cuidado com a intimidade, proporcionando elementos constitutivos da família conjugal, fazendo com que a criança seja percebida de outra forma como aponta Redin (apud ARAÚJO, 1996, p. 50):

Família e infância fazem parte do projeto político traçado pelo estado, que ocupou os espaços (geográficos, sociais, psicológicos), antes ocupados pelas relações espontâneas. É fácil perceber aqui que o espaço de construção da criança se restringiu tanto fisicamente, como socialmente e psicologicamente. Ao contrário do que pareceria à primeira vista, a importância dada à criança na família é fruto de uma nova organização sócio-cultural muito mais que uma descoberta da criança.

Como abordamos na discussão acima, a raiz da infância é sustentada pela dependência ao adulto, mesmo na sociedade atual, onde muitas crianças vivem uma infância solitária e marginalizada, esse aspecto é pertinente. A criança é vista como deficiente na sociedade dos adultos à medida que apresentam fragilidades referentes ao sentimento, segurança e autonomia.

Os estudos sobre a Sociologia da Infância nos apontam que por um longo tempo os processos mentais da criança muito pequena foram considerados uma patologia do desenvolvimento, sendo vistos como retardo mental devido a pobreza de atividade psicológica, a falta do desenvolvimento do intelecto, a produção de conceitos absurdos e deduções incoerentes.

Plaisance (2005) coloca que são históricas as representações da criança com deficiência pautada em uma assimilação com crianças de tenras idades ou com desenvolvimentos mais lentos, fator que acarreta a sobreposição da deficiência sobre a infância.

As primeiras declarações dos direitos da criança giravam em torno do direito à cuidados e proteção. Apenas em 1989, as Nações Unidas iniciaram uma tentativa de mudança nesse olhar, ao defender, para além de direitos à proteção, os direitos-liberdade que diziam respeito à opinião, à expressão e à autonomia.

Porém, é importante registrar que, para uma criança em que a deficiência sobrepõe à infância, lhe permanece vinculada apenas o direito à proteção, visto que não a consideram capaz de responder por si.

Não há como pensar a criança com nee em meio à inclusão sem abordar Vygotsky, talvez porque suas idéias sejam ainda muito atuais possibilitando uma reflexão em torno do processo de desenvolvimento da criança com nee no contexto educacional inclusivo de hoje.

Vygotsky (1989) aponta que as funções psicológicas superiores vão sendo constituídas por intermédio do meio social o que nos leva a designar a história de desenvolvimento cultural da criança como a sociogêneses das formas superiores da conduta.

Ao pensarmos a infância da criança com deficiência é importante ressaltarmos uma questão que não podemos perder de vista que é o desenvolvimento sócio-cultural da mesma.

Nesse processo em que o organismo vai sendo penetrado pelo cultural, vemos que o meio social está organizado para agir em sujeitos que possuem o organismo sem comprometimentos, ocasionando muitas vezes a essas crianças comprometimentos na transformação cultural de suas ações, necessitando muitas vezes, de vias indiretas, que a levem do desenvolvimento natural ao desenvolvimento cultural.

Se a criança conseguir, socialmente, meios de superação da realidade posta, assumindo outros “eus possíveis” diante de seu comprometimento, possivelmente, ela conseguirá ser considerada para além de sua deficiência, focando os olhares sociais para suas potencialidades.

O caminho dos processos de compensação e dos processos de desenvolvimento em geral, dependem não só do caráter e da gravidade da deficiência, mas também da realidade social da deficiência, quer dizer, das dificuldades que conduzem a deficiência desde o ponto de vista da posição social da criança. Nas crianças com deficiência a compensação se apresenta em direções totalmente diferentes, dependendo de que situação se tem criada, do meio em que a criança se educa, e que dificuldades surgem para ela devido a esta deficiência (VYGOTSKY, 1989, p. 106, tradução nossa)

Nos dias atuais, não podemos mais aceitar o discurso sobre a existência de apenas uma infância, é necessário pensarmos em “infâncias”, pois as crianças ocupam diferentes lugares nos diferentes contextos em que vivem. O conceito de infância não é o mesmo para todas as crianças, enquanto umas crianças são traduções da infância como um tempo de ludicidade e desenvolvimento, outras ocupam lugares que refletem uma não-infância, repleta de obrigações e de dificuldades.

Não é possível tratarmos da infância de forma abstrata, sem levar em consideração as condições de vida de cada criança, agindo dessa forma, acabamos por dissimular a significação social da infância. Devemos levar em consideração o caráter heterogêneo das relações entre adultos e crianças e os valores diversificados fornecidos às crianças.

Para podermos entender o sentido de infância na atualidade é necessário um olhar mais sensível para o contexto que envolve a criança, no que se refere a fatores como: as formas e as reduções de natalidade, formulação de políticas, situação social, dentre outros. Sendo necessário ainda, desconstruirmos as visões estereotipadas que, muitas vezes, envolvem as crianças.

É importante ressaltar que a criança não é um ser passivo, apenas sendo constituído pela cultura vivida, ela também transforma o meio social no momento em que sofre as influências sociais, em uma via de mão dupla.

A PESQUISA NA ESCOLA

O estudo teve como base a abordagem da pesquisa-ação colaborativa, tendo como participantes da pesquisa crianças com nee de um Centro de Educação Infantil do município da Serra-ES, seus colegas e professores, tendo em vista o interesse em investigar o processo de constituição em alunos com nee que estão iniciando seus processos de escolarização.

Inicialmente, realizamos contato com a escola escolhida como campo de pesquisa para, por meio de uma conversa informal com o grupo da escola, explicar sobre o objetivo da pesquisa e verificar junto aos professores, a possibilidade de envolvimento dos mesmos no processo de investigação, no referido Centro de Educação Infantil.

Diante do interesse do grupo de profissionais da escola em participar da pesquisa, entramos em contato com a Secretaria de Educação, especificamente, com o setor de Educação Infantil para solicitar junto a sua chefia a autorização para realizar a pesquisa na escola.

Com a autorização da Secretaria de Educação do município, iniciamos o processo de pesquisa na escola ao final do mês de julho de 2008, tendo como foco uma aluna de 6 anos com Síndrome de Down e um aluno de 5 anos com suspeita de Autismo. Os referidos alunos se apresentavam para a escola como crianças impossíveis de serem trabalhadas, e suas professoras se intitulavam inexperientes para trabalharem com alunos que apresentassem necessidades educativas especiais.

Entramos em contato com as famílias dos alunos participantes da pesquisa, com a intenção de que ficassem cientes do processo de investigação que seria efetivado, para que fossem autorizadas as participações dos mesmos, bem como quaisquer imagens realizadas das crianças.

Durante a presença na escola, foram realizadas observações dos momentos vivenciados pelos alunos nos diversos espaços do cotidiano escolar buscando analisar as mediações efetivadas nesse espaço/tempo, tal como os sinais exteriorizados pelos alunos que forneceram indícios da constituição de suas subjetividades.

Acreditamos que as observações realizadas nos diferentes contextos da escola, por meio de vídeo-gravação e registro contínuo em diário de campo, nos forneceram importantes indícios sobre o objeto de estudo, as mediações e os sinais aparentes de suas ações sobre a constituição da subjetividade da criança no interior da escola que serviram de bases importantes de reflexão junto aos professores.

A realização de um diário de campo específico, com questões detalhadas tendo em vista nosso objeto de estudo e as questões que o envolvem, oportunizou registros de todas as informações obtidas nas observações, descrição dos acontecimentos, dos espaços e dos sujeitos.

Nesse sentido uma preocupação pertinente seria com as práticas docentes, fator no qual a pesquisa-ação auxiliaria a partir das intervenções com o intuito de potencializar o trabalho dos professores.

Um processo interessante para que a análise sobre as práticas se desencadeasse foram os ciclos de reflexão com os quais trabalhamos, na busca de que os professores pudessem sentir-se parte do processo investigativo, não como um objeto de estudo, mas como co-pesquisadores, como aponta Ibiapina (2008, p. 12)

Ciclos de reflexão que proporcionem condições para desestabilizar as práticas de ensino convencionais e valorizar o professor como parceiro da investigação, como participe do processo de pesquisa, a medida que ele coopera com o pesquisador no desenvolvimento de práticas investigativas.

Os indícios observados nos forneceram base de dados sobre a qual, semanalmente, trabalhávamos na busca de sintetizá-los, a partir de recortes inter-relacionados, com o intuito de auxiliar na adequação metodológica para o trabalho com as crianças e oportunizar aos professores uma observação e reflexão sobre suas práticas em Ciclos de Reflexão.

Buscamos por meio dos Ciclos de Reflexão inferir discussões e reflexões, acerca da inclusão, da mediação e dos processos de subjetivação vividos na escola, com a intenção de que os profissionais pudessem expressar seus pensamentos a respeito do processo de inclusão vivido naquele contexto, em torno da criança com deficiência em meio a esse movimento e suas representações sobre os alunos com nee.

Esses espaços de reflexão nos faziam repensar as nossas práticas e ampliar os nossos conhecimentos. Os ciclos de reflexão se estruturaram em espaços onde se era possível colocar em prática, como nos fala Meirieu (2005, p. 149), a “Doutrina Pedagógica, conjunto de reflexões e proposições que constituem um corpo e permitem o enfrentamento de um desafio educativo”.

É de extrema importância ressaltar que a pesquisa-ação tem como princípio investigar a própria ação educativa, nela intervindo. Pesquisar na ação supõe aprofundar a compreensão e a interpretação da prática docente com o intuito de fortalecer os profissionais em sua prática, auxiliando sua emancipação, na busca de diminuir o pensamento que distancia a prática profissional da pesquisa, por meio de um trabalho colaborativo.

A pesquisa-ação nos forneceu aparato para um trabalho colaborativo com o professor, buscando negociar conflitos, pensar novas propostas, tomadas de decisão e ação em comum entre pesquisador e professor, pois só por meio de uma pesquisa-ação com caráter colaborativo que alcançaremos uma investigação emancipatória.

Colocávamo-nos durante o processo de pesquisa junto às professoras nas salas de aula, à procura de pensar e fazer juntos outros/novos percursos a partir da prática pedagógica que se presentificava nos diferentes espaços da escola.

Sendo assim, um movimento diferenciado e interessante de planejar e refletir as mediações realizadas, junto aos professores e pedagoga, na busca de um olhar sensível aos alunos com necessidades educativas especiais e suas interrelações tornou-se um caminho de descobertas de potencialidades.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DA PESQUISA

Ao chegarmos à escola, deparamo-nos com um cenário em que se apresentavam, como foco principal, as duas crianças com nee, com as quais os profissionais não sabiam como lidar.

O aluno com características de autismo assustava a escola com as suas peculiaridades de ser, desestruturando, principalmente, a professora que considerava como dificuldades principais: a não interação dele com os demais alunos e a agressividade, incluindo a auto-agressão.

No começo do ano eu observei que ele era especial, ele não atendia nada que eu falava, ficava longe, eu tinha que pegá-lo sempre pela mão para que ele acompanhasse a turma. Não larga o bichinho dele o Tuchi e fica rodando pela sala. No parquinho fica apenas no giragira não se envolve com as outras crianças. Ele me bate muito, puxa meu cabelo e leva até o chão, é assim bem difícil, eu não sei como

trabalhar com esse aluno. Eu dou atividade e ele rasga, amassa, joga fora... Se deixar ele toma a cola colorida, coloca a massinha na boca. Dá gritos intensos na sala, sempre que é repreendido ele bate a cabeça na parede, já está machucada. [...] Não se alimenta tem que dar na boca dele (Professora de Rebeca)

Em conversa com a família, foi possível observar a angústia da mãe, no que se referia ao desenvolvimento do filho, já que ela apontava igualmente à professora, ser ele um menino sem muitas potencialidades, que não conseguia interagir e era extremamente agressivo.

A aluna com Síndrome de Down se configurava como uma preocupação isolada da sua professora, pois era uma criança invisível aos olhos da escola por não apresentar atitudes que levassem a uma desestruturação do CMEI. Uma menina que não se comunicava, entrava e saía da escola sem interações com seus pares e professora, e que por esse motivo não se configurava como uma preocupação maior para a escola, que estava focada no menino.

Ela só olhava para baixo, ela ficava quieta ou então olhava para mim e ficava muda, ela olhava fixo no meu olho, mas ela não reagia, tinha hora que eu ficava agoniada, sem paciência. Porque ‘Fala o seu nome, fala alguma coisa, vamos brincar!’ E nada. E era assim todos os dias e a escola estava toda focada no Heklys, então eu falei ‘Gente eu to com uma criança com síndrome de Down’ Mas o caso do Heklys chamou mais atenção porque ele tava derrubando a sala, porque ele tava derrubando a mesa né? E a Jennifer quietinha não incomodava ninguém... (Professora da Rita)

Por acreditar na importância da mediação no processo de constituição do sujeito iniciamos um movimento no CMEI com o propósito de refletirmos as mediações, pelas quais os referidos alunos estavam envoltos, em uma busca de novas práticas que os potencializassem.

A pesquisa nos possibilitou mediações significativas junto aos alunos e seus pares o que ocasionou mudanças gradativas de postura dos mesmos nos diferentes espaço/tempo do CMEI.

O fazer junto com os professores proporcionou uma abertura de possibilidades que eram refletidas e posteriormente assumidas pelos mesmos como o caminho para o desenvolvimento de seus alunos.

O referido estudo nos fez compreender a importância da mediação na transformação do modo de ser e estar de alunos com nee, visto que os referidos alunos iniciaram seus percursos no CMEI como alunos estigmatizados e a partir de reflexões sobre as práticas e mudanças nas mediações para com eles e seus pares, os mesmos chegam a dezembro com avanços pedagógicos e superações de limites co-relacionados com seus comprometimentos.

Ao final da pesquisa, foi possível observar, a partir das falas e ações, o quanto havia sido transformador o processo vivido, visto que o aluno passou a arriscar uma fala, participar com outras crianças de momentos na escola e família, realizar as ações socialmente estipuladas, realizar atividades pedagógicas, entre outras ações que sinalizaram uma nova constituição do aluno.

O que eu percebo agora... Assim... Que ele é capaz... Avançou na atividade da cola colorida... A massinha... Ele já consegue sentar e brincar com a massinha... Parece que ele descobriu depois da intervenção que brincar com os colegas é muito mais divertido do que brincar sozinho, isso eu achei fantástico... Ele avançou na fala, até meu nome ele já fala... Ele já conta as coisas... Chegou falando que andou de ônibus... Já canta música... Ele faz fila, já consegue pegar a comida e levar até a boca. Quando quer ir ao banheiro ele chega e pede. Ele tem brincado mais com as crianças e nunca mais me bateu (Professora Rebeca)

A menina, por sua vez conseguiu se fazer enxergar, passou a interagir com os seus pares e professora, soltou a fala, avançou em seu processo de alfabetização e fez com que os profissionais reconhecessem nela potencialidades que antes não eram observadas.

Nossa... ela ta maravilhosa. Gente... olha... na fala, ela não falava, agora fala, não ria ...está sorrindo, a questão de interação de se interar

ali com a turma ela já faz isso.... Teve um crescimento maravilhoso, entendeu?! em tudo. Ela pode crescer, ela pode conhecer, ela pode aprender (Pedagoga)

Os alunos constituídos a partir das mediações potencializadoras apresentaram desenvolvimentos que ultrapassaram os muros da escola, oportunizando-lhes novas vivências no âmbito social e proporcionando a continuidade de um processo dinâmico de subjetivação.

Não somente a constituição dos novos modos de ser dos alunos com nee deve ser apontada, mas também dos profissionais da escola, em especial das duas professoras dos referidos alunos, que foram se constituindo, no decorrer da pesquisa, como professoras de alunos com nee, apresentando reflexões mais aprofundadas sobre o processo de Inclusão e práticas pedagógicas diferenciadas.

Com certeza foi muito importante para mim, eu não tinha muito conhecimento da síndrome de Down, nem sabia como trabalhar, através da formação e da prática com a pesquisadora esse quadro mudou, melhorei os meus conhecimentos e repensei as minhas práticas... No começo foi muito difícil mesmo, mas agora, já me sinto capaz de trabalhar com ela e com todos os outros do futuro que vierem (Professora Rita)

Dessa forma, chegamos ao final da pesquisa, certos de que o processo interativo professor/aluno com nee possui uma influência significativa na constituição do ser professor. Destacando ainda que as práticas/novas práticas auxiliam sobremaneira, não só na constituição da criança com necessidade, como também de novos profissionais, a partir principalmente, da reflexão sobre os contextos vividos.

Vale ressaltar ainda, que o processo foi transformador para todos os demais alunos da escola que se envolveram na pesquisa, já que as mudanças levaram as crianças a se constituírem mais inclusivas.

A pessoa é múltipla porque são múltiplas as vozes que compõem o mundo social e os espaços e as posições que vai ocupando nas práticas discursivas. Essa multiplicidade de vozes e posições que dialogam entre si submetem a pessoa, mas, ao mesmo tempo, preservam a abertura para a inovação e para a construção de novos posicionamentos e processos de significação acerca do mundo, do outro e de si mesma (ROSSETI-FERREIRA, 2004, p. 25).

Não poderia deixar de compartilhar o processo subjetivo vivido por mim enquanto pesquisadora nesse contexto mediativo da pesquisa, que adentro o ambiente do CMEI Mediar com concepções, perspectivas e pensamentos que me constituíam no âmbito pessoal e profissional e a partir, como apontado por Vygotsky, das relações intersubjetivas vividas, constituo-me de forma diferenciada, após a realização da pesquisa.

Constituo-me, a partir dos diversos “outros”, uma pesquisadora fortalecida na minha prática, com visões mais amplas em torno do processo de constituição da subjetividade e sensível aos diferentes processos constitutivos dos sujeitos.

Ressalto, ainda, que a pesquisa me levou a refletir em torno das diversas instâncias que me constituem, por meio de mediações distintas, enquanto aluna, pedagoga, professora de Educação Especial, esposa, filha, dentre outras infinitas e dinâmicas instâncias, afirmando uma constituição singular, mas não uma, uma constituição multifacetada.

Infelizmente essas poucas linhas não nos permitiram relatar as dificuldades do fazer dessa pesquisa e muito menos as inúmeras conquistas e transformações alcançadas no contexto da escola, e ousamos dizer, para além dos muros da escola. Mas acreditamos que apontará caminhos reflexivos para repensarmos as nossas mediações, em meio às nossas práticas educativas, certos de que são elas, grandes responsáveis pela constituição de subjetividades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Vânia Carvalho de. **Criança: do reino da necessidade ao reino da liberdade**. Edufes: Vitória, 1996.
- ARIÈS, P. **A descoberta da Infância**. In: _____. História social da criança e da família. 2. ed. Ed. LTC: Rio de Janeiro, 1978.
- BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimento**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- GONÇALVES, Agda Felipe Silva. **Inclusão escolar, mediação, aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva histórico-cultural**. Vitória, ES: GM Gráfica e Editora, 2008.
- MEIRIEU, Philippe. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- PINTO, Manuel & SARMENTO, Manuel J. (coord). **Crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança. 1997.
- PEDROSA, Maria Maria Isabel. Rede de significações: um debate conceitual e empírico. In: ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotildeet, et al. **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- PLAISANCE, Eric. **Denominações da Infância: do anormal ao deficiente**. Educ. Soc., www.cedes.unicamp.br, vol 26, nº91, p.405-417, Campinas: Maio/ Ago. 2005.
- QUINTEIRO, Jucirema. **Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção**. In: FARIA, A.L.G. DEMARTINI, Z.B.F. PRADO, P.D.(orgs). Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotildeet, et al. **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- VAZ, Solange. **A “criança problema” e a normatização do cotidiano da educação infantil**. Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar – www.uem.br/urutagua/007/07vaz.htm. Quadrimestral - nº07 – Ago/Set/Out/Nov – ISSN: 1519.6178. Paraná, Maringá: 2005.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. Obras completas. **Fundamentos da Defectologia**, tomo 5. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.
- _____. Obras completas. **Obras Escogidas III**. (1983).